

Termo de Colaboração nº 139/2025/GP.**TERMO DE COLABORAÇÃO**

PARTES: *Município de Pato Branco*, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.995.448/0001-54, com sede e foro na Rua Caramuru, nº 271, Centro, em Pato Branco - PR, CEP: 85.501-064, neste ato representado pelo seu Prefeito, **Geri Natalino Dutra**, brasileiro, portador do RG nº 4551478-1 SESP/PR, inscrito no CPF nº 648.471.369-34, residente e domiciliado na Rua Candido de Abreu n.º 25, Bairro Jardim Primavera, CEP 85.502-360, em Pato Branco - PR, como **CONCEDENTE**, e de outro lado, **Fundação Patobranquense do Bem Estar - Fundabem**, inscrita no CNPJ nº 77.013.506/0001-60, com sede na BR 158 / KM 537, S/N, Bairro Dal Ross, CEP 85.509-262 em Pato Branco - PR, telefone (46) 2604-1199 – (46) 98407-4152, e-mail: fundabempb@hotmail.com, neste ato representada por sua Presidente a Sra. **Gracieli Dalla Valle Marcon**, portadora do CPF 589.011.089-68, inscrito no RG 2.020.819-8, residente e domiciliado na Rua Tupinambá, 182 – Apto 501, Bairro Parzianello, em Pato Branco – PR, como **PROPONENTE**, conforme autorização constante do processo administrativo nº 18.694/2025 1Doc, **Inexigibilidade nº 107/2025 – Processo nº 109/2025, Emenda Parlamentar Individual nº 202537020014/2025, vinculada à Programação nº 411850120250003**, que independente da sua transcrição, integra o presente termo que será regido pelas disposições da Lei nº 13.019/2014, Decreto Municipal nº 9.309/2022 e demais legislações aplicáveis, bem como, pelas cláusulas e condições a seguir especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

I - Constitui objeto da presente parceria, o projeto “Laços de Esperança”, o qual visa promover reflexões e vivências sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), incentivando o respeito mútuo, a convivência familiar e comunitária e o protagonismo infantojuvenil, contribuindo para a formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres e para o fortalecimento dos vínculos afetivos e sociais.

CLÁUSULA SEGUNDA – META DE ATENDIMENTO

I - Qualitativas:

a) Oficina de limites, regras e convivência saudável, garantindo a proteção com informações e orientações de ambientes seguro, trabalhando assuntos relacionados a Bullying, agressão e exclusão.

1. Aferição: Realizar atividades coletivas com a participação de psicóloga convidada e outros participantes no decorrer do projeto, atividades em sala e em espaço aberto dentro das dependências.

2. Verificação: Lista de presença das atividades e dos encontros. Registros fotográficos e publicações na mídia.

b) Grupos, com histórias e jogos cooperativos, rodas de conversa, Promover dinâmicas de autoconfiança e autocuidado. Promover dinâmica do projeto de vida para os participantes.

1. Aferição: Realizar atividades coletivas com rodas de conversa, atividades em sala e em espaço aberto dentro das dependências, Jogos cooperativos promovendo a interação dos atendidos, promovendo a oficina da expressão artística dos sentimentos.

2. Verificação: Registro fotográficos e publicações nas mídias sociais. Lista de Participantes com presença das atividades e encontros.

c) Atividades abertas à comunidade, como apresentações culturais, feiras, campanhas educativas, ações ambientais e eventos sociais encontros com famílias.

1. Aferição: Atividades realizadas a cada 3 meses com a participação de familiares e visitação e participação em espaços públicos.

2. Verificação: Registro de Presença dos passeios e encontros. Registros Fotográficos e publicações nas mídias e o relatório Final.

II - Quantitativas:

a) Atender 100 crianças e adolescentes de 6 a 15 anos (50 no período da manhã e 50 no período da tarde).

1. Frequência das atividades: 1 encontro semanal por turma.

2. Duração total: 12 meses.

b) Realizar 1 oficina por semana em cada período (manhã e tarde).

1. Total estimado: 4 horas mensais de atividades por turma.

c) Realizar atividades externas ou abertas à comunidade a cada 3 meses, resultando em 4 ações anuais (passeios, eventos, feiras, campanhas educativas).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

I - O serviço será executado fielmente pela PROPONENTE, após a assinatura do Termo de Colaboração, devendo cumprir todas as obrigações estabelecidas, inclusive quanto ao Plano de Trabalho apresentado.

II - No caso de interrupção do funcionamento da PROPONENTE ou paralisação das atividades vinculadas à presente parceria, faculta-se à CONCEDENTE assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, de modo a evitar sua descontinuidade.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS

I - O prazo de vigência do Termo de Colaboração do objeto da parceria será de 12 (doze) meses, a contar da data de publicação do presente instrumento.

II - O prazo de execução do Termo de Colaboração do objeto da parceria será de 12 (doze) meses, a contar da data de publicação do presente instrumento.

III - Os prazos de vigência e execução poderão ser prorrogados, de acordo com a legislação vigente, observado o disposto na Cláusula Décima Terceira do presente Termo de Colaboração.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR

I - Para a execução do objeto da parceria, o CONCEDENTE fará o repasse do valor total de **R\$ 80.000,00** (oitenta mil reais) à PROPONENTE, com recursos da Secretaria Municipal de Assistência Social, referente à Emenda Parlamentar Individual nº 202537020014/2025, vinculada à Programação nº 411850120250003.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - Os repasses destinados à execução do objeto da parceria correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária:

a) 09 Secretaria de Assistência Social – 09.04 Fundo Municipal de Assistência Social – 082450022.2.607000 Execução de Emendas Parlamentares para a Assistência Social – 3.3.50.43.15.00.00

Demais Ent. do Ter. Setor Pol. de Prom. – Desdobramento nº 18581 – Fonte nº 7031 – Despesa nº 18269 – Ação 2.607.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CRONOGRAMA DE REPASSE E FORMA DE PAGAMENTO

I - O repasse de recursos se dará após a assinatura e publicação do presente instrumento, em sete parcelas, observando o seguinte cronograma:

PARCELA	PRAZO	VALOR TOTAL
01	Até 15 (quinze) dias após a assinatura do termo	R\$ 80.000,00

CLÁUSULA OITAVA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

I - Os recursos financeiros deverão ser aplicados no custeio das seguintes despesas, desde que estritamente relacionadas à execução do objeto da parceria:

Descrição da Despesa	Código da despesa	Valor Total
Vencimentos e Salários	3.1.90.11.01	R\$ 65.500,00
13º Salário	3.1.90.11.43	R\$ 6.500,00
Férias + 1/3 Constitucional	3.1.90.11.45	R\$ 5.500,00
FGTS	3.1.90.13.01	R\$ 2.500,00

CLÁUSULA NONA – DAS CONTRATAÇÕES E COMPRAS

I - A contratação de empregados para a execução do objeto, quando pagos com recursos desta parceria, deverá obedecer aos princípios da legalidade, da moralidade, da boa-fé, da probidade, da impessoalidade, da economicidade, da eficiência, da isonomia, da publicidade, da razoabilidade e do julgamento objetivo e a busca permanente de qualidade e durabilidade.

II - Não se estabelecerá nenhum vínculo de natureza jurídico-trabalhista ou de qualquer espécie entre o CONCEDENTE e o pessoal que a PROPONENTE utilizar para a execução do objeto da parceria, sendo de responsabilidade exclusiva da PROPONENTE o pagamento dos encargos trabalhistas e previdenciários, assim com quaisquer despesas de natureza fiscal ou comercial relativamente ao funcionamento da instituição e ao adimplemento do Termo de Colaboração, afastando-se por completo a responsabilidade, ainda que solidária ou subsidiária, da CONCEDENTE por quaisquer destas obrigações.

III - A PROPONENTE adotará métodos usualmente utilizados pelo setor privado para a realização de compras e contratações de bens e serviços com recursos transferidos no âmbito da presente parceria.

IV - A PROPONENTE deve verificar a compatibilidade entre o valor previsto para realização da despesa, aprovado no plano de trabalho, e o valor efetivo da compra ou contratação e, caso o valor efetivo da compra ou contratação seja superior ao previsto no plano de trabalho, deverá assegurar a compatibilidade do valor efetivo com os novos preços praticados no mercado, através de pesquisas de preços, inclusive para fins de elaboração de relatório de execução financeira exigível em prestação de contas.

V - A PROPONENTE deverá manter em sua guarda, pelo prazo de 10 (dez) anos, os orçamentos coletados de fornecedores e prestadores de serviços, a fim de comprovar, caso necessário, a compatibilidade das despesas com os valores de mercado.

VI - Para fins de comprovação das despesas, a PROPONENTE deverá obter de seus fornecedores e prestadores de serviços notas, comprovantes fiscais ou recibos, com data, valor, nome e número de inscrição no CNPJ da organização da sociedade civil e do CNPJ ou CPF do fornecedor ou prestador de serviço, e deverá manter a guarda dos documentos originais pelo prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA MOVIMENTAÇÃO DE RECURSOS

I - Os valores a repassar deverão ser depositados pelo CONCEDENTE em conta bancária específica da PROPONENTE, no **Banco do Brasil, Agência 0495 - Conta Corrente 96.675-4**.

II - A conta bancária na qual serão mantidos os recursos financeiros repassados pelo CONCEDENTE deverá ser aberta exclusivamente para este fim e restritamente vinculada ao objeto desta parceria, devendo ser isenta de qualquer tarifa bancária.

III - Os recursos serão automaticamente aplicados em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, enquanto não empregados na sua finalidade.

IV - Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

a) A utilização do recurso a que se refere este item deve ser solicitada pela PROPONENTE com antecedência de até 30 (trinta) dias do término da vigência, perante o gestor da parceria, formalizando-se através de termo de apostilamento.

V - Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, sendo que toda movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica ou PIX, sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

VI - Existindo obrigação financeira que não possa ser paga através de transferência bancária ou PIX, a PROPONENTE deve declarar este fato no respectivo Plano de Trabalho, sendo facultado, nesta hipótese, o pagamento em espécie, desde que observado o limite total de R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais), relativamente à soma destas despesas, devendo colher nota fiscal e recibo devidamente firmado pelo beneficiado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE E DA PROPONENTE

I - O presente Termo de Colaboração deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas aplicáveis, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, sendo vedado à PROPONENTE utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria.

II - Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente instrumento e dos demais compromissos assumidos neste Termo de Colaboração, cabe à CONCEDENTE cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações:

- a) Acompanhar, orientar, supervisionar, assessorar e avaliar a execução dos serviços de forma articulada, visando que seja alcançado o objeto deste Termo de Colaboração em toda a sua extensão e no tempo devido;
- b) Monitorar e avaliar constantemente a execução do objeto, emitindo relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submetê-lo à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil, conforme previsto Decreto municipal 9.309 de setembro de 2022;
- c) Comunicar à PROPONENTE quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras impropriedades de ordem técnica ou legal, fixando o prazo previsto na legislação para saneamento ou apresentação de esclarecimentos e informações;
- d) Liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do termo de colaboração;
- e) Divulgar informações referentes à parceria celebrada em dados abertos e acessíveis e manter, no seu sítio eletrônico oficial e no Portal da Transparência, o instrumento da parceria celebrada e seu respectivo plano de trabalho, nos termos do art. 10 da Lei nº 13.019, de 2014;
- f) Exercer atividade normativa, de controle e fiscalização sobre a execução da parceria, inclusive, se for o caso, reorientando as ações, de modo a evitar a descontinuidade das ações pactuadas;
- g) Informar à PROPONENTE os atos normativos e orientações da Administração Pública que interessem à execução do presente Termo de Colaboração;
- h) Aplicar as sanções previstas na legislação, proceder às ações administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos e instaurar Tomada de Contas Especial, quando for o caso.

III - Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente instrumento e dos demais compromissos assumidos neste Termo de Colaboração, cabe à PROPONENTE cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações:

- a) Cumprir fielmente o Plano de Trabalho aprovado, visando o atingimento das metas previstas e a perfeita execução do objeto pactuado, com estrita observância aos princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia;
- b) Zelar pela boa qualidade das ações e serviços prestados, buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade social e qualidade em suas atividades;
- c) Aplicar os recursos transferidos pela CONCEDENTE exclusivamente na execução do objeto da presente parceria, conforme Plano de Trabalho, observando-se as proibições estabelecidas no art. 45 da Lei 13.019/2014 e na cláusula décima segunda deste Termo de Colaboração;
- d) Manter escrituração contábil regular;
- e) Manter os registros de cadastros dos usuários e os registros de participação dos usuários nas atividades (listas de presenças/registros fotográficos) devidamente organizados para acesso da equipe de monitoramento e avaliação, bem como demais órgãos de fiscalização, pelo prazo de 10 (dez) anos;
- f) Manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos a este Termo de Colaboração, pelo prazo de 10 (dez) anos após a prestação de contas;
- g) Prestar gratuitamente os atendimentos relativos ao objeto do Termo de Colaboração;

- h)** Divulgar na internet e/ou em locais visíveis de sua sede social e dos estabelecimentos em que exerça suas ações a parceria celebrada com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014 e suas alterações;
- i)** Manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, na forma do art. 51 da Lei nº 13.019/2014;
- j)** Garantir o livre acesso dos agentes públicos da Administração Municipal CONCEDENTE, inclusive dos responsáveis pelo controle interno, bem como, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná aos processos, aos documentos e às informações referentes ao presente Termo e Colaboração, bem como aos locais de execução do objeto;
- k)** Responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;
- l)** Prestar contas dos recursos financeiros repassados pelo CONCEDENTE, na forma estabelecida no presente instrumento;
- m)** Quanto aos bens materiais e/ou equipamentos adquiridos com os recursos deste Termo de Colaboração:
 - 1. utilizar os bens materiais e/ou equipamentos em conformidade com o objeto pactuado;
 - 2. garantir sua guarda e manutenção;
 - 3. comunicar imediatamente à CONCEDENTE qualquer dano que os bens vierem a sofrer;
 - 4. arcar com todas as despesas referentes a transportes, guarda, conservação, manutenção e recuperação dos bens;
 - 5. em caso de furto ou de roubo, levar o fato, por escrito, mediante protocolo, ao conhecimento da autoridade policial competente, enviando cópia da ocorrência à CONCEDENTE, além da proposta para reposição do bem, de competência da PROPONENTE;
- n)** Manter, durante toda a parceria, as condições exigidas nos art. 33 e 34 da Lei nº 13.019, de 2014;
- o)** Garantir a manutenção da equipe técnica em quantidade e qualidade adequadas ao bom desempenho das atividades;
- p)** Prestar contas no Sistema Integrado de Transferências do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (SIT - TCE/PR), de forma regular, pelo menos no fechamento de cada bimestre e, obrigatoriamente, no prazo de 30 (trinta) dias a partir do encerramento da parceria, declarando todas as informações e apresentando os documentos solicitados;
- q)** Comunicar à CONCEDENTE suas alterações estatutárias, após o registro em cartório, bem como, a alteração do quadro dirigente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PROIBIÇÕES

I - Fica proibido à PROPONENTE:

- a)** A redistribuição dos recursos recebidos a outras entidades, congêneres ou não;
- b)** Integrar dirigentes que também sejam agentes políticos do governo CONCEDENTE;
- c)** Realizar despesas e pagamentos fora da vigência deste Termo de Colaboração;
- d)** Utilizar recursos para finalidade diferente da prevista no Plano de Trabalho
- e)** Utilizar os recursos recebidos em pagamento de despesas diversas, não compatíveis com o objeto deste Termo de Colaboração;

- f) Executar pagamento antecipado a fornecedores de bens e serviços;
- g) Transferir recursos da conta corrente específica para outras contas bancárias;
- h) Retirar recursos da conta específica para outras finalidades com posterior ressarcimento;
- i) Pagamento de despesa bancaria.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO OU MODIFICAÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

I - O Termo de Colaboração poderá ser alterado ou sofrer modificações no Plano de Trabalho, nas hipóteses previstas em Lei e regulamento, desde que não seja transfigurado o objeto da parceria, mediante proposta devidamente formalizada e justificada.

II - A vigência do Termo de Colaboração poderá ser alterada mediante solicitação da PROPONENTE, devidamente formalizada e justificada, de acordo com a Lei n.º 13.019/2014 e com o Decreto Municipal nº 9.309/2022, a ser apresentada à CONCEDENTE com antecedência mínima de 30 (trinta) dias antes do prazo inicialmente previsto.

III - A prorrogação de ofício da vigência do termo de Colaboração deve ser feita pela CONCEDENTE quando ela der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

IV - O plano de trabalho da parceria poderá ser revisto para alteração de valores ou de metas, mediante termo de apostilamento ou termo aditivo ao plano de trabalho original, na forma do artigo 42 do Decreto Municipal nº 9.309/2022.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO GESTOR DA PARCERIA

I - A CONCEDENTE indica como Gestora da parceria a servidora Elisandra Nath Copatti, CPF: 879.394.521-34 matrícula 81094, lotada na Secretaria de Assistência Social, dentro dos padrões determinados pela legislação, o qual será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do Termo de Colaboração, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento.

II - Entre suas atribuições está a de apurar a ocorrência de quaisquer circunstâncias que incidam especificamente nos art. 69 do Decreto Municipal 9.309/2022 e art. 73 da Lei 13.019/2017, que trata das Sanções Administrativas para o caso de inadimplemento contratual e cometimento de outros atos ilícitos.

III - O Gestor emitirá parecer conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração este relatório e as demais atribuições indicadas no art. 61 da Lei 13.019/14.

IV - As decisões e providências que ultrapassem a competência do gestor deverão ser solicitadas à autoridade superior, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

I - Compete ao CONCEDENTE realizar procedimentos de fiscalização da presente parceria, com caráter preventivo e saneador, podendo, para tanto, proceder ao amplo exame de documentos físicos ou digitais, bem como, realizar visitas *in loco*, para fins de monitoramento e avaliação da correta execução do objeto e aplicação dos valores repassados e do regular cumprimento da Lei 13.019/2014, do Decreto Municipal nº 9.309/2022 e do Plano de Trabalho aprovado.

II - Sempre que houver visita técnica *in loco*, o resultado será circunstanciado em Relatório de Visita Técnica *in loco*, que será enviado à PROPONENTE para conhecimento, esclarecimentos e providências e poderá ensejar a revisão do relatório, a critério do CONCEDENTE.

III - O gestor da parceria, juntamente com a Comissão de Avaliação e Monitoramento nomeada através da Portaria nº 18 e 24/2025, será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do Termo de Colaboração, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento.

IV - O gestor da parceria emitirá parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59 da Lei 13019/2014, esse parecer pode ser efetuado a qualquer momento, e é obrigatório ao menos ao final de cada ano civil e no final da transferência, analisando os objetivos atingidos, e o submeterá à Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, para proceder à homologação.

V - Conforme dispõe a Lei nº 13.019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015, o relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

- a)** Descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;
- b)** Análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;
- c)** Valores efetivamente transferidos pela administração pública;
- d)** Análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no presente Termo de Colaboração;
- e)** Análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

VI - No caso de parcerias financiadas com recursos de fundos específicos, o monitoramento e a avaliação serão realizados pelos respectivos conselhos gestores.

VII - O CONCEDENTE poderá e, nas condições estabelecidas em regulamento, deverá realizar pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho, como subsídio na avaliação da parceria.

VIII - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do gestor e da Comissão de Avaliação e Monitoramento deverão ser solicitadas à autoridade superior, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

I - A PROPONENTE deverá prestar contas da boa e regular aplicação dos recursos financeiros recebidos, visando demonstrar os resultados da parceria, apresentando elementos que permitam avaliar a execução do objeto e o alcance de metas.

II – Para fins de prestação de contas anual e final, a PROPONENTE deve apresentar relatório de execução do objeto, contendo:

- a)** A demonstração do alcance das metas referentes ao período de que trata a prestação de contas;
- b)** A descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;

- c) Os documentos de comprovação do cumprimento do objeto, como listas de presença, fotos, vídeos, entre outros; e
- d) Os documentos de comprovação do cumprimento da contrapartida, quando houver.

III - O relatório de que trata o item II deve, ainda, fornecer elementos para avaliação:

- a) Dos impactos econômicos ou sociais das ações desenvolvidas;
- b) Do grau de satisfação do público-alvo, que pode ser indicado por meio de pesquisa de satisfação, declaração de entidade pública ou privada local e declaração do conselho de política pública setorial, entre outros; e
- c) Da possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto.

IV - As informações de que trata o item III serão fornecidas por meio da apresentação de documentos e por outros meios previstos no plano de trabalho, conforme definido no inciso IV do caput do art. 24 do Decreto Municipal nº 9309/2022.

V - Caso a PROPONENTE não comprove o alcance das metas, deverá apresentar justificativa, além de relatório de execução financeira, contendo:

- a) A relação das receitas e despesas realizadas, inclusive rendimentos financeiros, que possibilitem a comprovação da observância do plano de trabalho;
- b) O comprovante da devolução do saldo remanescente da conta bancária específica, quando houver;
- c) O extrato da conta bancária específica;
- d) A memória de cálculo do rateio das despesas, quando for o caso, que deverá conter a indicação do valor integral da despesa e o detalhamento da divisão de custos, especificando a fonte de custeio de cada fração, com identificação do número e do órgão ou entidade da parceria, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa;
- e) A relação de bens adquiridos, produzidos ou transformados, quando houver; e
- f) Cópia simples das notas e dos comprovantes fiscais ou recibos, inclusive holerites, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e do fornecedor e indicação do produto ou serviço.

VI - A CONCEDENTE, através de servidor designado para este fim, promoverá a análise do relatório de execução financeira de que trata o item V, observando-se o disposto no art. 56 do Decreto Municipal n.º 9.309/2022.

VII - A inadimplência ou irregularidade na prestação de contas ensejará a aplicação das penalidades cabíveis, conforme disposto no presente instrumento.

VIII - Todos os documentos referentes à prestação de contas deverão ser devidamente protocolados, observando-se o procedimento padronizado de protocolo no âmbito do Poder Público CONCEDENTE, dirigidos ao Gestor da parceria.

Subcláusula Primeira - Da Prestação de Contas Anual

I - Caso a parceria seja prorrogada, apresentando vigência superior a 01 (um) ano, assim como nas parcerias inicialmente pactuadas por prazo superior a 01 (um) ano, a PROPONENTE deve apresentar prestação de contas anual para fins de monitoramento do cumprimento das metas previstas no plano de trabalho, no prazo de até 30 (trinta) dias após o fim de cada exercício.

II - A prestação de contas anual consistirá na apresentação do relatório parcial de execução do objeto na plataforma eletrônica, que deverá observar o disposto no item II da Cláusula Décima Sexta e art. 54 do Decreto Municipal n.º 9.309/2022.

III- Na hipótese de omissão no dever de prestação de contas anual, o gestor da parceria notificará a PROPONENTE para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar a prestação de contas.

a) Se persistir a omissão de que trata este item, aplica-se o disposto no § 2º do art. 70 da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

IV- A análise da prestação de contas anual será realizada por meio da produção de relatório técnico de monitoramento e avaliação, que conterá:

a) Os elementos dispostos no § 1º do art. 59 da Lei Federal nº 13.019, de 2014; e

b) O parecer técnico de análise da prestação de contas anual, observado o disposto no art. 59, § 1º, II do Decreto Municipal n.º 9.309/2022.

V - Na hipótese de o relatório técnico de monitoramento e avaliação evidenciar irregularidade ou inexecução parcial do objeto, o gestor da parceria notificará a PROPONENTE para, no prazo de 30 (trinta) dias:

a) Sanar a irregularidade;

b) Cumprir a obrigação; ou

c) Apresentar justificativa para impossibilidade de saneamento da irregularidade ou cumprimento da obrigação.

VI - O gestor avaliará o cumprimento do disposto no item anterior e atualizará o relatório técnico de monitoramento e avaliação, conforme o caso.

VII - Serão glosados valores relacionados às metas descumpridas sem justificativa suficiente.

VIII - Na hipótese dos itens V e VI, se persistir irregularidade ou inexecução parcial do objeto, o relatório técnico de monitoramento e avaliação:

a) Caso conclua pela continuidade da parceria, deve determinar:

1. A devolução dos recursos financeiros relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada; e

2. A retenção das parcelas dos recursos, nos termos do art. 33 do Decreto Municipal n.º 9.309/2022.

b) Caso conclua pela rescisão unilateral da parceria, deve determinar:

1. A devolução dos valores repassados relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada; e

2. A instauração de tomada de contas especial, se não houver a devolução de que trata a alínea "a" no prazo determinado.

IX - O relatório técnico de monitoramento e avaliação será submetido à comissão de monitoramento e avaliação, que o homologará no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias, contados de seu recebimento, cabendo ao gestor da parceria adotar as providências indicadas.

Subcláusula Segunda - Da Prestação de Contas Final

I - A PROPONENTE deve apresentar prestação de contas final, por meio do relatório final de execução do objeto, devendo conter os elementos previstos no II da Cláusula Décima Sexta e art. 54 do Decreto Municipal n.º 9.309/2022, relatório de execução financeira, bem como, se for o caso, o comprovante de devolução de eventual saldo remanescente de que trata o art. 52da Lei Federal nº 13.019/2014 e a previsão

de reserva de recursos para pagamento das verbas rescisórias de que trata o § 3º do art. 41 do Decreto Municipal nº 9309/2022.

II - O relatório final de execução do objeto deverá ser apresentado no prazo de 30 (trinta) dias, contados do término da execução da parceria, prorrogável por até 15 (quinze) dias, mediante solicitação prévia da PROPONENTE, devidamente justificada e aceita pelo gestor;

III – Caso ocorra a notificação da PROPONENTE, esta deve apresentar, ainda, relatório final de execução financeira, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do término da vigência da parceria, prorrogável por até 15 (quinze) dias, mediante solicitação prévia, devidamente justificada e aceita pelo gestor.

IV- A análise da prestação de contas final pela CONCEDENTE será formalizada por meio de parecer técnico conclusivo, que deverá verificar o cumprimento do objeto e o alcance das metas previstas no plano de trabalho e considerará:

- a) O relatório final de execução do objeto;
- b) Os relatórios parciais de execução do objeto, para parcerias com duração superior a 01(um) ano;
- c) O relatório final de execução financeira;
- d) O relatório de visita técnica in loco, quando houver; e
- e) O relatório técnico de monitoramento e avaliação, quando houver.

V - Além da análise do cumprimento do objeto e do alcance das metas previstas no plano de trabalho, o gestor da parceria, em seu parecer técnico, avaliará os efeitos da parceria, devendo mencionar os elementos de que trata o item III da Cláusula Décima Sexta.

VI - Na hipótese de a análise de que trata o item IV desta Subcláusula concluir que houve descumprimento das metas estabelecidas no plano de trabalho ou evidência de irregularidade, o gestor da parceria, antes da emissão do parecer técnico conclusivo, notificará a organização da sociedade civil para que apresente relatório final de execução financeira, que deverá observar o disposto no item V da Cláusula Décima Sexta.

VII - O parecer técnico conclusivo da prestação de contas final embasará a decisão da autoridade competente e deve concluir pela:

- a) Aprovação das contas;
- b) Aprovação das contas com ressalvas; ou
- c) Rejeição das contas.

VIII - A aprovação das contas ocorrerá quando constatado o cumprimento do objeto e das metas da parceria, conforme disposto neste Decreto.

IX - A aprovação das contas com ressalvas ocorrerá quando, apesar de cumpridos o objeto e as metas da parceria, for constatada impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário.

X - A rejeição das contas ocorrerá nas seguintes hipóteses:

- a) Omissão no dever de prestar contas;
- b) Descumprimento injustificado do objeto e das metas estabelecidos no plano de trabalho;
- c) Dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico; ou
- d) Desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

XI - A rejeição das contas não pode ser fundamentada unicamente na avaliação dos efeitos da parceria, segundo os critérios definidos no art. 54, § 1º do Decreto Municipal n.º 9.309/2022.

XII - A decisão sobre a prestação de contas final cabe ao secretário (a) da pasta à qual se relaciona a parceria.

XIII - A PROPONENTE será notificada da decisão de que trata item VII desta Subcláusula e poderá:

- a)** Apresentar recurso, no prazo de 30 (trinta) dias, à autoridade que a proferiu, a qual, senão reconsiderar a decisão no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhará o recurso ao Prefeito, para decisão final no prazo de trinta dias; ou
- b)** Sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogável, no máximo, por igual período.

XIV - Exaurida a fase recursal, a CONCEDENTE deverá:

- a)** No caso de aprovação com ressalvas da prestação de contas, indicar as causas das ressalvas; e
- b)** No caso de rejeição da prestação de contas, notificar a organização da sociedade civil para que, no prazo de 30 (trinta) dias:
 - 1.** Devolva os recursos financeiros relacionados à irregularidade ou à inexecução do objeto, apurada ou com a prestação de contas não apresentada; ou
 - 2.** Solicite o ressarcimento ao erário por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, nos termos do § 2º do art. 72, da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

XV - A aprovação com ressalvas da prestação de contas possui caráter preventivo e será considerada na eventual aplicação das sanções de que trata o Capítulo VIII do Decreto Municipal nº 9309/2022.

XVI - A administração pública municipal deve se pronunciar sobre a solicitação de que trata o subitem “b”, do item XIII desta subcláusula, no prazo de 30 (trinta) dias.

XVII - A realização das ações compensatórias de interesse público não deve ultrapassar a metade do prazo previsto para a execução da parceria.

XVIII - Compete exclusivamente ao Prefeito autorizar o ressarcimento de que trata o subitem 2, “b”, do item XIV desta subcláusula.

XIX - Na hipótese do item XIV, “b” desta Subcláusula, o não ressarcimento ao erário ensejará:

- a)** A instauração da tomada de contas especial, nos termos da legislação vigente; e
- b)** O registro da rejeição da prestação de contas e de suas causas, enquanto perdurarem os motivos determinantes da rejeição.

XX - O prazo de análise da prestação de contas final pela CONCEDENTE será de até 150 (cento e cinquenta) dias, contados da data de recebimento do relatório final de execução do objeto, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que devidamente justificado, não podendo exceder o limite de 300 (trezentos) dias.

XXI - O transcurso do prazo definido no item anterior, sem que as contas tenham sido apreciadas:

- a)** Não impede que a organização da sociedade civil participe de outros chamamentos públicos e celebre novas parcerias; e
- b)** Não implica impossibilidade de sua apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA RESPONSABILIDADE E DAS SANÇÕES

I - Pela execução da parceria em desacordo com o Plano de Trabalho e com as normas específicas, a CONCEDENTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à PROPONENTE, as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Suspensão temporária de participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da Administração pública sancionadora, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- c) Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos ou entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

II - Prescreve em cinco anos, cotados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidades decorrente de infração relacionada à execução da parceria. A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado a apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA EXTINÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

I - O presente Termo de Colaboração poderá ser:

- a) Extinto por decurso de prazo;
- b) Extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
- c) Denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
- d) Rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
 - 1. Descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
 - 2. Irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
 - 3. Omissão no dever de prestação de contas anual, nas parcerias com vigência superior a um ano, sem prejuízo do disposto no §2º do art. 70 da Lei nº 13.019, de 2014;
 - 4. Violação da legislação aplicável;
 - 5. Cometimento de falhas reiteradas na execução;
 - 6. Malversação de recursos públicos;
 - 7. Constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
 - 8. Não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
 - 9. Descumprimento das condições que caracterizam a PROPONENTE como OSC (art. 2º, inciso I, da Lei nº 13.019, de 2014);
 - 10. Paralisação da execução da parceria, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública;

11. Quando os recursos depositados em conta corrente específica não forem utilizados no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, salvo se houver execução parcial do objeto e desde que previamente justificado pelo gestor da PROPONENTE e autorizado pelo Prefeito Municipal; e
12. Outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
- II - A denúncia só será eficaz 60 (sessenta) dias após a data de recebimento da notificação, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.
- III - Em caso de denúncia ou rescisão unilateral por parte da CONCEDENTE, que não decorra de culpa, dolo ou má gestão da PROPONENTE, o Poder Público ressarcirá a parceira privada dos danos emergentes comprovados que houver sofrido.
- IV - Em caso de denúncia ou rescisão unilateral por culpa, dolo ou má gestão por parte da PROPONENTE, devidamente comprovada, a organização da sociedade civil não terá direito a qualquer indenização.
- V - Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- VI - O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.
- VII - Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.
- VIII - Outras situações relativas à extinção da parceria não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser reguladas em Termo de Encerramento da Parceria a ser negociado entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

- I - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, caso não aplicados no objeto da parceria, serão devolvidos ao CONCEDENTE no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da Administração Pública.
- II - A PROPONENTE compromete-se, ainda, a restituir o valor transferido nos seguintes casos:
- a) Inexecução do objeto;
 - b) Falta de apresentação de prestação de contas, no prazo exigido; ou
 - c) Utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no presente instrumento, ainda que em caráter de emergência.
- III - Os débitos a serem restituídos deverão ser atualizados monetariamente desde a data do recebimento, observando-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, bem como, acrescidos de juros mensais de 1%, calculados da seguinte forma:
- a) Nos casos em que for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, os juros serão calculados a partir das datas de liberação dos recursos, sem subtração de eventual período de inércia da administração pública municipal quanto ao prazo de que trata o § 3º do art. 67 do Decreto Municipal n.º 9.309/2022; e

b) Nos demais casos, os juros serão calculados a partir:

1. Do decurso do prazo estabelecido no ato de notificação da organização da sociedade civil ou de seus prepostos para restituição dos valores ocorrida no curso da execução da parceria; ou
2. Do término da execução da parceria, caso não tenha havido a notificação de que trata a alínea “a” deste inciso, com subtração de eventual período de inércia da administração pública municipal quanto ao prazo de que trata o § 3º do art. 67 do Decreto Municipal n.º 9.309/2022.

IV - A PROPONENTE deverá recolher à conta da CONCEDENTE o valor correspondente a rendimentos de aplicação no mercado financeiro, referente ao período compreendido entre a liberação do recurso e sua utilização, quando não comprovar o seu emprego na consecução do objeto, ainda que não tenha feito aplicação.

V - A restituição do valor não exime a PROPONENTE de cumprir todas as sanções que lhes forem regularmente aplicadas, com base no presente Termo de Colaboração e na legislação vigente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA DESTINAÇÃO DOS BENS REMANESCENTES

I - Após o fim da parceria, os bens remanescentes que tiverem sido adquiridos com os recursos repassados serão destinados:

- a) Ao CONCEDENE, quando necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado, seja por meio da celebração de nova parceria ou pela execução direta do objeto pela administração pública municipal; ou
- b) À PROPONENTE, quando forem úteis à continuidade da execução de ações de interesse social pela organização.

II - Na hipótese do subitem “a”, acima, a PROPONENTE deverá, a partir da data da apresentação da prestação de contas final, disponibilizar os bens à CONCEDENTE, que deverá retirá-los, no prazo de até noventa dias, após o qual a organização da sociedade civil **não mais será responsável pelos bens.**

III - Na hipótese do subitem “b” acima, a PROPONENTE poderá realizar doação a terceiros, inclusive beneficiários da política pública objeto da parceria, desde que demonstrada sua utilidade para realização ou continuidade de ações de interesse social.

IV - Na hipótese do subitem “b” acima, caso a prestação de contas final seja rejeitada, a titularidade dos bens remanescentes permanecerá com a PROPONENTE, observados os seguintes procedimentos:

- a) Não será exigido ressarcimento do valor relativo ao bem adquirido quando a motivação da rejeição não estiver relacionada ao seu uso ou aquisição; ou
- b) O valor pelo qual o bem remanescente foi adquirido deverá ser computado no cálculo do dano ao erário a ser ressarcido, quando a motivação da rejeição estiver relacionada ao seu uso ou aquisição.

V - Na hipótese de dissolução da organização da sociedade civil PROPONENTE durante a vigência da parceria os bens remanescentes deverão ser retirados pela CONCEDENTE, no prazo de até noventa dias contados da data de notificação da dissolução, exceto se aprovada proposta de doação a terceiros, de conformidade com o disposto no item III desta cláusula.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

I - Fica eleito o foro da Comarca de Pato Branco-PR, para dirimir questões relativas ao presente contrato, com a expressa e formal renúncia de outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

II - Obrigatoriamente, será feita prévia tentativa de solução administrativa para dirimir eventuais questões relativas ao presente contrato.

Assim, por estarem certos e ajustados obrigando-se à bem e fielmente cumprir todas as disposições do Contrato.

Pato Branco, 04 de dezembro de 2025.

Município de Pato Branco – Concedente
Geri Natalino Dutra – Prefeito

Fundação Patobranquense do Bem Estar - Fundabem – Proponente
Gracieli Dalla Valle Marcon – Representante Legal



ANEXO I – PLANO DE TRABALHO

PROJETO LAÇOS DE ESPERANÇA

**EMENDA PARLAMENTAR DEPUTADA LEANDRE DALPONTE
NÚMERO 411850120250003**



**FUNDAÇÃO PATOBRANQUENSE DO BEM-ESTAR
PATO BRANCO - PR**



1. Identificação da Organização da Sociedade Civil - OSC

Razão Social da OSC:

Fundação Patobranquense do Bem-Estar - FUNDABEM

CNPJ:

77.013.506/0001-60

Endereço:

Estrada BR 158 / KM 537

Número:

S/N

Complemento:

Próximo a INPLASUL

Bairro:

Dal' Ross

CEP:

85.509-262

UF:

PR

Cidade:

Pato Branco

DDD /
Telefone:
**(46)2604-
1199**

DDD / Celular:
(46)9.8422-3048

E-mail:
fundabempb@hotmail.com

Endereço na Internet:
**<https://fundabempatobranco.org.br/>
@fundabem**

Agência:
0495

Banco:
Banco do Brasil

Conta corrente específica para o recurso da parceria:
96.675-4

1.2 Identificação dos Responsáveis

Nome do Representante Legal

Gracieli Dalla Valle Marcon

CPF:

589.011.089-68

RG:

2.020.819-8

Órgão Expedidor:

SSP-PR

UF do Órgão

PR

Endereço:

Rua Tupinambá

Número:

182

Complemento:

Apartamento 501

Bairro:

Parzianello

CEP:

85.504-470

Telefone:

(46) 98422-3048

Fax:

E-mail:

fundabemp@gmail.com

Nome do Responsável pelo Projeto:

Adriana Salete Peter Fernandes dos Santos



CPF: 023.545.599-76		RG: 10.435.872-1	Órgão Expedidor: SSP-PR	UF do Órgão: PR
Endereço: Rua Amadeu Bernardi, Pato Branco/PR		Número: nº134	Complemento: casa	
Bairro: Santa Terezinha	CEP: 85.506-025	Telefone: (46) 9 9975-4595	Fax:	

E-mail:
adri-peter@hotmail.com

2. Apresentação e Histórico da Organização da Sociedade Civil - OSC

A Fundação Patobranquense do Bem-Estar - FUNDABEM, foi criada em 21 de dezembro de 1970 com 54 anos de história por um grupo de pessoas sensibilizadas com as crianças e adolescentes do município de Pato Branco, no Paraná. O terreno onde está localizada foi doado por pessoas físicas através de escritura pública. A FUNDABEM é uma entidade beneficente de assistência social, de caráter jurídico de direito privado e sem fins lucrativos. O público-alvo da FUNDABEM são crianças e adolescentes na faixa etária de 06 a 15 anos, em situação de vulnerabilidade ou risco social encaminhados pelas unidades dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, órgãos de defesa dos direitos como Conselho Tutelar, Ministério Público e Poder Judiciário. Existe também busca espontânea por parte dos pais e responsáveis. A inscrição é feita através da apresentação da “FOLHA RESUMO CADASTRO ÚNICO-V7” fornecida pelo CRAS de abrangência do bairro de residência da família. A instituição atende a 14 bairros do município, oferecendo de 4 (quatro) a 6 (seis) refeições fixas diárias, e desde o atendimento e material aos beneficiários são fornecidos de forma gratuita. Na FUNDABEM, cada criança e adolescente é recebido com amor, respeito e oportunidades infinitas de crescimento e realização pessoal. Estamos comprometidos em construir um futuro mais promissor para as próximas gerações.



Nossos objetivos:

- ✓ **Formação Integral:** Buscamos promover o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes, capacitando-os para se tornarem sujeitos ativos e positivos na sociedade e no seu próprio desenvolvimento humano.
- ✓ **Fortalecimento de Vínculos:** Acreditamos na importância dos laços familiares e comunitários. Por isso, desenvolvemos atividades que fortalecem os vínculos entre as crianças, seus familiares e a comunidade local.
- ✓ **Garantia de Direitos:** Nosso compromisso é assegurar que cada criança e adolescente atendido pela FUNDABEM tenha pleno acesso e usufruto de seus direitos fundamentais - *o direito à vida, à saúde, à liberdade, à dignidade, à convivência familiar e social*. Oferecendo-lhes um ambiente seguro e acolhedor.
- ✓ **Prevenção e Inclusão:** Trabalhamos para prevenir a exposição de nossos beneficiários aos riscos relacionados às drogas e à violência, ao mesmo tempo em que os orientamos e apoiamos em sua inserção, reinserção e permanência no sistema educacional.

3. Do Projeto

Título do Projeto: Laços de Esperança

Identificação do Objeto: O projeto “**Laços de Esperança**” visa promover reflexões e vivências sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), incentivando o respeito mútuo, a convivência familiar e comunitária e o protagonismo infantojuvenil, contribuindo para a formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres e para o fortalecimento dos vínculos afetivos e sociais.

Período de Execução: 12 (DOZE) Meses

3.1 Descrição da realidade que será objeto da parceria



O projeto “**Laços de Esperança**” surge como uma estratégia de **intervenção socioeducativa e preventiva**, voltada a **promover reflexões e vivências sobre o ECA**, incentivando o **respeito mútuo, a convivência solidária e o protagonismo infantojuvenil**. Por meio de atividades lúdicas, artísticas e participativas, busca-se **estimular a cidadania, a responsabilidade e a construção de relações mais justas e acolhedoras**, consolidando o papel do SCFV como espaço de proteção e fortalecimento de vínculos.

O projeto “**Laços de Esperança**” tem como objetivo promover reflexões e vivências sobre o **ECA**, fortalecendo o respeito mútuo, a convivência familiar e comunitária e o protagonismo infantojuvenil **como forma de prevenir situações de vulnerabilidade e fortalecer os laços de afeto, cuidado e pertencimento**.

O público-alvo do projeto são crianças e adolescentes com idades entre 06 e 15 anos, especialmente aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social, cujas famílias estejam cadastradas no Cadastro Único e no Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculo da Secretaria de Assistência Social.

3.2 Público-Alvo

Número de atendidos	Faixa etária	Modalidade de atendimento
50 Atendidos – PERÍODO MANHÃ	06 A 15 ANOS	PRESENCIAL
50 Atendidos – PERÍODO TARDE	06 A 15 ANOS	PRESENCIAL

4. Objetivos

4.1 Objetivo Geral

O Projeto “**Laços de Esperança**” também objetiva atuar de forma integrada com a rede de proteção, contribuindo para que cada criança desenvolva autonomia e autoestima, por meio de práticas orientadas pela promoção e garantia de direitos, assegurando acesso a serviços, informação qualificada e estratégias de empoderamento infantil., fomentando a inclusão social e assegurando que cada criança seja reconhecida como sujeito de direitos, digna de cuidado, respeito e oportunidades equitativas.

Criar um ambiente acolhedor e estimulante, onde as crianças possam **vivenciar experiências positivas**, fortalecer vínculos afetivos e construir projetos de vida saudáveis.



4.2 Objetivos Específicos

1 – PROTEÇÃO - Identificar e garantir que todos os atendidos tenham seus direitos assegurados, que estejam protegidas contra violações, passando a elas informações e orientações, trazendo assim estratégias para o dia a dia em: Empatia, Diálogo, Respeito, Controle Emocional.

Essa atuação reduz situações de agressão, bullying e exclusão.

2- PROMOÇÃO - Promover oportunidades que estimulem habilidades como resiliência e cooperação, Com atividades em grupos, com histórias e jogos cooperativos, rodas de conversa, com o incentivo e valorização de hábitos saudáveis contribuindo para prevenção de doenças, estimulando a autonomia fortalecendo a consciência corporal.

3- PARTICIPAÇÃO - Valorizar a criança como sujeito de direitos, assegurando que ela seja ouvida, respeitada e protagonista na construção da própria história.

Vivenciar situações em que sua opinião é valorizada, a criança desenvolve autonomia, senso de responsabilidade, capacidade de liderança e pertencimento.

Envolver os atendidos em atividades abertas à comunidade, como apresentações culturais, feiras, campanhas educativas, ações ambientais e eventos sociais.

Essa participação fortalece a consciência social, amplia o vínculo com a comunidade e mostra às crianças que elas são agentes importantes de transformação e mudança positiva.

5. Especificação de metas, indicadores e meios para aferição do cumprimento

Metas Qualitativas	Indicador de aferição de cumprimento das metas	Meios de verificação
1 <i>Oficina de limites, regras e convivência saudável, garantindo a proteção com informações e orientações de ambientes seguro, trabalhando assuntos relacionados a Bullying, agressão e exclusão</i>	Realizar atividades coletivas com a participação de psicóloga convidada e outros participantes no decorrer do projeto, atividades em sala e em espaço aberto dentro das dependências	Lista de presença das atividades e dos encontros. Registros fotográficos e publicações na mídia.



2	<p>Grupos, com histórias e jogos cooperativos, rodas de conversa, Promover dinâmicas de autoconfiança e autocuidado. Promover dinâmica do projeto de vida para os participantes.</p>	<p>Realizar atividades coletivas com rodas de conversa, atividades em sala e em espaço aberto dentro das dependências, Jogos cooperativos promovendo a interação dos atendidos, promovendo a oficina da expressão artística dos sentimentos.</p>	<p>Registro fotográficos e publicações nas mídias sociais.</p> <p>Lista de Participantes com presença das atividades e encontros.</p>
3	<p>Atividades abertas à comunidade, como apresentações culturais, feiras, campanhas educativas, ações ambientais e eventos sociais encontros com famílias</p>	<p>Atividades realizadas a cada 3 meses com a participação de familiares e visitação e participação em espaços públicos.</p>	<p><i>Registro de Presença dos passeios e encontros.</i></p> <p><i>Registros Fotográficos e publicações nas mídias e o relatório Final.</i></p>
5.1 Metodologia/Ações Desenvolvidas			



O projeto será realizado uma vez por semana nos períodos manhã e nos da tarde com todas as oficinas. Cada oficina ser de dividida em 1 hora para cada oficina, atendendo um total de 100(cem) crianças e adolescentes com idades entre 6 e 15 anos, ao longo de 12 (doze) meses.

As oficinas serão divididas por faixa etária, respeitando as diferentes fases de desenvolvimento. Serão divididas em turmas, sendo três no período da manhã e três no período da tarde, cada uma direcionada para uma faixa etária específica:

- Oficina I: Crianças de 6 a 8 anos.
- Oficina II: Crianças de 9 a 11 anos.
- Oficina III: Adolescentes de 12 a 15 anos.

As atividades serão executadas por Educadores Sociais, remunerados por meio dos recursos destinados à manutenção. A sequência será desenvolvida pelos profissionais, em oficinas sendo de 50 minutos uma vez por semana.

Contribuindo para construção de relacionamentos mais sólidos. Trabalhando em equipe e autoconfiança, contribuindo para o desenvolvimento integral dos participantes.

Tendo em vista que as crianças atendidas na FUNDA BEM são de 14 bairros de nosso município são participantes dos projetos

5.2 Formas de Execução das Atividades/Ações do Projeto

	Atividade/Ação	Carga Horária	Período	Quantidade de Atendimento
01	Projeto Laços de Esperança	1 hora 1 – Hora semanal 4 horas mensal	Manhã Tarde	100(CEM) participantes

6. Cronograma de Execução



Atividade	Descrição da Atividade	Mês 01	Mês 02	Mês 03	Mês 04	Mês 05	Mês 06	Mês 07	Mês 08	Mês 09	Mês 10	Mês 11	Mês 12
01	Planejamento com orientadores e equipes, organizar turmas, ações e adequações espaços	X	X		X	X	X		X	X	X		X
02	Início do projeto conforme o item 5.		X		X	X	X		X	X	X		X
03	Visitação em locais públicos com participação na Sociedade em eventos.			X				X				X	

6.1 Recursos Utilizados para Desenvolver o Projeto

6.2 Bens permanentes (recursos próprios da OSC)

O projeto será realizado nas salas conforme os atendimentos propostos pelos profissionais, ou seja, será utilizado a infraestrutura na própria Fundação.

Os participantes encontrarão um ambiente seguro e adequado para o projeto. Sendo que cada sala possui a infraestrutura necessária.

7. - Imóvel de Funcionamento do Projeto:

O espaço destinado à realização deste projeto está disponível nas dependências da própria Fundação, fornecendo assim um espaço agradável e acolhedor para os beneficiários tanto como espaço interno como espaço externo. Trata-se de um espaço amplo, com toda a estrutura física necessária, pronto e disponível para a execução do projeto.



7.1- Relatório de Capacidade Técnica para Execução do Objeto da Parceria

FUNDABEM possui uma equipe técnica em 2025 conforme a descrição de cargos e funções no Regimento Interno, hoje possui:

- Coordenadora Geral, responsável pelo planejamento, execução e avaliação de todas as atividades realizadas no cotidiano da FUNDABEM, pela gestão e controle interno, contando com apenas 1 funcionária;
- Agente Administrativo, responsável pela documentação, administração, eventos, contando com 1 funcionária;
- Orientadora Social, responsável pela documentação pedagógica e orientação das educadoras sociais, contando com 1 funcionária;
- Educadora Social, com objetivo proporcionar atividades de convivência e fortalecimento do vínculo aos assistidos, contando com 3 funcionárias;
- Serviços Gerais, como cozinheira, zeladora, contando com, 1 cozinheira, 1 zeladora e 1 oficial de manutenção.
- Assistente Social, atua na identificação de Vulnerabilidades em unidade com outros serviços.
- Psicóloga atua como mediadora de relações, promotora de saúde mental e facilitadora de processos de inclusão social,

8. Recursos Humanos



Nome do Funcionário	Função	Regime de Contratação	Carga Horária Semanal	Escolaridade
Adriana Salete Peter Fernandes dos Santos	Coordenadora Geral	Empregado Celetista do Setor Privado	44 horas semanais	Bacharel em Ciências Contábeis
Angelica Giacomoni	Educadora Social	Empregado Celetista do Setor Privado	44 horas semanais	Cursando Formação em Pedagogia
Alice dos Santos Oliveira Kruger	Zeladora	Empregado Celetista do Setor Privado	44 horas semanais	Ensino Fundamental Incompleto
Manoela Soares de Godois	Educadora Social	Empregado Celetista do Setor Privado	44 horas semanais	Formação Magistério e Pedagogia
Jesus de Fátima Westphal Machado	Orientadora Social	Empregado Celetista do Setor Privado	44 horas semanais	Gestão Pública
Marley Salete Andrade	Agente Administrativo	Empregado Celetista do Setor Privado	44 horas semanais	Licenciatura em Pedagogia
Marilene de Miranda Sonaglio	Cozinheira	Empregado Celetista do Setor Privado	44 horas semanais	Ensino Médio completo
Michael da Fonseca	Educador Social	Empregado Celetista do Setor Privado	44 horas semanais	Cursando Pedagogia
Geni T.H. Vazzata	Assistente Social	Serviço Terceirizado	20 horas semanais	Formação Serviços Sociais
Aline da Silva Tigre	Psicóloga	Serviço Terceirado	20 horas	Avaliação Psicológica



9. Plano de Aplicação

Descrição dos Itens	Valor Total
3.1.90.11.01 VENCIMENTOS E SALÁRIOS	R\$ 65.500,00
3.1.90.11.43 13º SALÁRIO	R\$ 6.500,00
3.1.90.11.45 FÉRIAS - ABONO CONSTITUCIONAL	R\$ 5.500,00
3.1.90.13.01 FGTS	R\$ 2.500,00
TOTAL	R\$ 80.000,00

Assinado por 2 pessoas: GERI NATALINO DUTRA e FUNDAÇÃO PATO-BRANQUENSE DO BEM-ESTAR - FUNDA BEM
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://patobranco.1doc.com.br/verificacao/B7AE-A953-6ED7-D439> e informe o código B7AE-A953-6ED7-D439



10. Declaração

Na qualidade de representante da conveniente, venho declarar que:

A OSC preenche os requisitos mínimos para o seu enquadramento como beneficiário de parceria com o Município de Pato Branco;

A OSC informará à concedente, a qualquer tempo, as ações desenvolvidas para viabilizar o acompanhamento e a avaliação do processo;

A OSC prestará contas dos recursos transferidos pela concedente destinados à consecução do Plano de Trabalho e o objeto da parceria;

A OSC receberá e movimentará os recursos exclusivamente em conta aberta somente para fins da parceria;

A OSC não incorre em nenhuma das vedações explícitas na Lei 13.019/14;

A OSC possui estrutura para a operacionalização da parceria tal como proposto, estando ciente da obrigação de seguir as normas legais e estando ciente de que a Prefeitura de Pato Branco, não presta consultoria jurídica, técnica, contábil, financeira ou operacional;

A OSC não possui, em seu corpo diretivo, servidores da administração pública municipal ou parentes de até segundo grau, sanguíneos ou afins, de servidores públicos, diretores, presidentes, secretários ou outros cargos da administração do poder Público Municipal (Art. 39, III da Lei 13.019);

Declaro, para os devidos fins e sob as penas da Lei, que nossos proprietários, controladores, diretores respectivos cônjuges ou companheiros não são membros do Poder Legislativo da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. (Art. 39, III da Lei 13.019/14);

A OSC, não possui nenhum impedimento legal para realizar a presente parceria.

Nenhum dos diretores incorre nas vedações da legislação, em especial o art. 39, VII da Lei 13.019/2014;

Declaro estar ciente do inteiro teor da legislação que rege a matéria, em especial da Lei 13.019/2014 e Decreto Municipal nº 9.309/2022, tendo as condições legais de firmar a parceria com a administração pública e não incorrendo em nenhuma das vedações legais;

Com isso, pede-se o DEFERIMENTO do Plano de Trabalho e Plano de Aplicação.

Pato Branco, 26 de novembro de 2025.

GRACIELI DALLA VALLE
MARCON:58901108968
Assinado de forma digital por
GRACIELI DALLA VALLE
MARCON:58901108968
Dados: 2025.11.27 01:44:22 -03'00'

Gracieli Marcon
CPF nº: 589.011.089-68
PRESIDENTE DA FUNDABEM



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: B7AE-A953-6ED7-D439

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



GERI NATALINO DUTRA (CPF 648.XXX.XXX-34) em 04/12/2025 17:54:12 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



FUNDACAO PATO-BRANQUENSE DO BEM ESTAR - FUNDABEM (CNPJ 77.013.506/0001-60) em
05/12/2025 10:54:52 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://patobranco.1doc.com.br/verificacao/B7AE-A953-6ED7-D439>